

# **Relatório Final da Audiência Pública (Centrais Elétricas de Rondônia S.A.)**

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2018**

### **PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO DA CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON**

DATA: 21 de fevereiro de 2018

LOCAL: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) - Rua Tabajara, nº 539, Panair, Porto Velho, Rondônia.

Este documento tem por objetivo dar transparência aos principais eventos ocorridos na Audiência Pública nº 01/2018 do processo de desestatização da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (“CERON”, “Empresa”, “Companhia”, ou “Distribuidora”). A referida audiência foi organizada da seguinte forma: Solenidade de abertura com a nomeação e formação da Mesa Diretora, Exposição técnica dos apresentadores, manifestações orais dos interessados (Anexo I) e respostas das manifestações por escrito do público pela Mesa Diretora.

#### **RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA**

No dia 21 de fevereiro de 2018, no Auditório do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) na Rua Tabajara, nº 539, Panair, Porto Velho, Rondônia, às 14 horas, foi iniciada a Audiência Pública nº 01/2018, tendo por objeto tratar do processo de desestatização da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. Esta audiência foi convocada por intermédio do Aviso BNDES de Audiência Pública nº 01/2018 - CERON, publicado no Diário Oficial da União em 01 de fevereiro de 2018, Seção 3, página 98, e nos jornais Diário da Amazônia (Rondônia) e Valor Econômico, e do Aviso de Retificação Audiência Pública nº 01/2018 - CERON, publicado no dia 09 de fevereiro de 2018, no Diário Oficial da União, Seção 3, página 154, e nos jornais Diário da Amazônia (Rondônia) e Valor Econômico, retificando o endereço da realização da Audiência Pública.

A Sra. Lilian Dias (“Lilian”), mestre de cerimônias, iniciou a Audiência Pública pontualmente às 14 horas. Logo no primeiro minuto, quando a composição da mesa diretora estava sendo anunciada, o palco foi invadido por manifestantes, alegando que as pessoas estavam sendo impedidas de entrarem no auditório. A mestre de cerimônias, a todo o momento, solicitava ordem e calma. Os manifestantes, em cima do palco, tomaram a mesa diretora e os microfones, e com palavras de ordem, pediam respeito para com o povo de Rondônia e da Amazônia.

O Sr. Everton Dias, Diretor de comunicação do grupo CDI, contratado pelo Consórcio, na tentativa de acalmar os ânimos e organizar a audiência, solicitou respeito informando que a presidente da mesa, Agnes da Costa, representante do Ministério de Minas e Energia, iria se pronunciar. Agnes tomou a palavra elucidando as regras expostas no regulamento da audiência e propondo um prazo de quinze minutos para que todos pudessem terminar de

realizar o cadastro e entrar no auditório, afirmando que o cadastro, assim como a entrada das pessoas, permaneceriam liberados durante todo o evento, até o atingimento da capacidade máxima do local.

Everton continuou ressaltando que nenhuma pessoa está sendo impedida de entrar, o que ocorreu foi uma medida de segurança, e que de acordo com a regra da audiência, os portões só poderiam ser abertos com uma hora de antecedência ao início do evento e que por este motivo os horários estavam sendo respeitados.

Algumas dificuldades de entrada de participantes (conforme alegado por alguns manifestantes) foram decorrentes da observação do limite de capacidade do local da audiência (cuidado para a mesma não fosse ultrapassada – o que não ocorreu) e do cumprimento dos requisitos regulamentares para o credenciamento de participantes, tais como o impedimento de entrada de objetos com alto teor de periculosidade e a apresentação de documento de identificação.

O Capitão Amorim, da Polícia Militar, pediu a palavra, explicando a todos que a Polícia Militar estava presente para garantir a segurança de todos e o acontecimento do evento, e não para repreender, pedindo civilidade e humanidade, ressaltando também que aqueles que perturbarem e impedirem o andamento da audiência seriam retirados do local. Continuou solicitando à mestre de cerimônias que, somente desse continuidade ao evento, após a entrada de todos que estivessem do lado de fora, solicitando, mais uma vez, que todos os manifestantes deixassem a mesa diretora com respeito e educação. Ressaltou que o debate tem que acontecer, mas que também tem que haver educação e respeito. Solicitou por fim, gentilmente, que a mestre de cerimônias, somente continuasse a palavra quando todos os manifestantes estivessem entrado no auditório. Os manifestantes deixaram o palco conforme pedido pelo Capitão Amorim.

Após a confirmação, através da organização da audiência e de uma manifestante representante do sindicato, a audiência foi retomada pela mestre de cerimônias às 14:30.

Lilian fez uma breve explanação acerca dos objetivos da Audiência, mencionando que a mesma era dedicada à prestação de esclarecimentos à população acerca do processo. Além disso, Lilian destacou que o evento tinha por finalidade garantir um espaço de manifestação do posicionamento dos cidadãos, visando à construção do melhor processo de desestatização possível para todos os envolvidos. Após isto, conforme previsto no Regulamento da Audiência Pública do Processo de Desestatização da CERON, Lilian convocou a Mesa Diretora, que teve a seguinte composição: Sra. Agnes da Costa (“Agnes”), representando o Ministério das Minas e Energia (“MME”); Sra. Lidiane Gonçalves (“Lidiane”), representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”); Sr. Márcio Lutterbach (“Márcio”), representando o Consórcio Mais Energia B (“Consórcio”); Sr. Luiz Henrique Hamann (“Luiz Henrique”), Diretor de Distribuição da Eletrobras, representando a Eletrobras e Sr. Luiz Marcelo Reis de Carvalho (“Luiz Marcelo”), Diretor Presidente, representando as Centrais Elétricas de Rondônia. A Audiência teve ainda como secretária a Sra. Mariana Brum, do Consórcio Mais Energia B.

Lilian mencionou que, com base nas apresentações a serem realizadas pelos representantes do MME, BNDES e Consórcio, o processo como um todo seria elucidado, bem como o posicionamento atual do projeto em termos de etapas, havendo também uma preocupação com os esclarecimentos acerca dos eventos prévios que direcionaram o processo até a etapa atual.

Na sequência, Lilian esclareceu que, após as apresentações, seria dado início à etapa de manifestações orais para aqueles participantes que se inscreveram para tal na etapa de credenciamento, fazendo uso do formulário reapresentado a todos pela mestre de cerimônias. Nessa passagem, foi destacada a importância do respeito ao tempo estabelecido para cada uma das manifestações orais (3 minutos por participante) para que fosse garantido o direito de participação de todos os interessados inscritos.

Lilian informou que haverá três apresentações, e que as manifestações orais devem ocorrer ao término da última apresentação e somente para expor a opinião de cada um. Com relação as perguntas por escrito, Lilian explicou que estas devem ser feitas no verso da folha do roteiro da audiência pública. Ainda orientou os participantes sobre a possibilidade de envio de perguntas por escrito aos membros da mesa. Foi informado que os questionamentos deveriam ser formulados até 20 minutos após o término da última apresentação e entregues aos membros da organização do evento. Mais uma vez, o documento a ser preenchido com as dúvidas dos participantes foi reapresentado pela mestre de cerimônias ao público e foi ainda esclarecido que, caso os participantes tivessem a intenção de realizar mais perguntas, outros formulários poderiam ser solicitados à organização. Para finalizar essa passagem, Lilian tranquilizou os participantes em relação a perguntas que eventualmente não fossem respondidas durante o evento, salientando que as respostas a todos os questionamentos levantados seriam disponibilizadas num relatório a ser publicado no site do BNDES.

Ao final das considerações iniciais, da formação da Mesa Diretora e dos esclarecimentos acerca dos meios de participação do público presente, Lilian passou a palavra à representante do MME, Sra. Agnes.

Agnes iniciou se desculpando pela confusão ocorrida no início, que em decorrência do atraso do início da audiência em 30 minutos, o cronograma também seria estendido em 30 minutos. Deu início a apresentação elucidando que o objetivo seria explicar o processo de desestatização como um todo. Foi esclarecido que há dois aspectos distintos: a CERON, que é uma empresa, e o contrato de concessão. De acordo com a constituição federal, o serviço público de energia elétrica é de responsabilidade da União, sendo realizada pela própria União, ou concedido mediante uma concessão. A lei nº 12.783, formulada em 2013, que trata de prorrogação de contrato de concessões, sofreu uma alteração, que afirma que no caso de empresas de controle público que não possuam contrato de concessão, estas poderão ser vendidas. Caso isto ocorra, elas ganharão um novo contrato de concessão. O Ministério de Minas e Energia é o poder concedente, responsável por avaliar as condições do contrato para garantir que a prestação de serviço seja adequada.

Agnes esclareceu que, uma vez decidida a retomada do processo de desestatização, o MME coordenou e monitorou todo o processo, para que este caminhe de acordo com a lei. Todos os órgãos e entidades que estão trabalhando neste processo estão agindo conforme a lei. Foi esclarecido que, apesar da desestatização da CERON estar ocorrendo em 2018, este processo começou anteriormente, em 1998. A CERON foi federalizada em 1998, com a condição de que a empresa seria incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND). Foi por este motivo que a Eletrobras adquiriu o controle acionário da CERON no mesmo ano. A partir deste momento até chegar aos dias atuais, a CERON se endividou muito e tem dificuldades de realizar investimentos, motivando a Eletrobras a vender a empresa.

Em um decreto de 2017, é explicado que serão analisadas as condições para que seja dado um contrato de concessão a quem adquirir a empresa. Logo depois, houve uma resolução do CPPI (Programa para Parceria de Investimentos), argumentando que para a União conceder um novo contrato de concessão, a empresa tem que ser vendida nestes moldes. Em 2015, havia 39

distribuidoras em todo o Brasil com contrato de concessão vencendo. Porém, a União acreditava que são infraestrutura relevante para a prestação de serviço, e que por isso uma ruptura, vendendo todas as distribuidoras, não seria ideal. Pensando nisso, foi criado um decreto, que afirma que as condições para a prorrogação da concessão são: atingir critérios de operação, manutenção e de endividamento em cinco anos, requerendo investimentos elevados neste curto prazo. Como a Eletrobras não tinha condições de aportar mais recursos em suas distribuidoras, sob pena de decretar caducidade, a empresa, na assembleia de acionistas de 2016, tomou a decisão de não renovar os contratos de concessão. Mesmo assim, as empresas continuaram operando normalmente, prestando serviço temporário, porém caso não conseguissem vender o controle acionário, as companhias teriam que ser liquidadas.

Agnes seguiu explicando que, houve um novo decreto que estabeleceu como prioridade nacional a licitação da CERON e das outras distribuidoras com um novo contrato de concessão. Com base nisso, a união aceitou dar um novo contrato de concessão a quem comprar. Caso isto não ocorra, a Eletrobras terá que tomar as providências para a liquidação da companhia. Foram estabelecidas novas diretrizes no contrato de concessão, estabelecendo que para garantir a recuperação do serviço, é necessário que o investidor que compre a empresa realize investimentos elevados no curto prazo, para ter o direito de solicitar uma revisão tarifária extraordinária nos cinco primeiros anos. Foi esclarecido que, como a CERON está prestando serviço temporário e a Eletrobras não pode mais aportar recursos na companhia, o que está sustentando a operação da CERON é a: Tarifa já incluída uma flexibilização tarifária temporária, considerando um cálculo já para 2017, e ao fato de os consumidores do país inteiro estarem arrecadando recursos para um fundo chamado Reserva Global de Reversão, que estão sendo emprestados para a CERON manter a continuação do serviço e investimentos prudentes. Ressaltou que, tanto a Eletrobras quanto o Ministério de Minas e Energia e a ANEEL têm acompanhado o processo para se certificar que tudo está sendo feito dentro da lei.

Agnes continuou explicando que, como a CERON não possui mais o contrato de concessão, é uma empresa que não pode mais cumprir seu objeto social. Sendo assim, se o leilão der vazio, o controlador deverá liquidar a empresa. A União então terá que solicitar uma nova concessão, a ANEEL fará a licitação, e o entrante irá obter novo contrato de concessão, tendo a obrigação de adquirir todos os bens e ativos vinculados a prestação de serviços da empresa.

Tendo esclarecido os pontos apresentados, Agnes encerrou sua explanação. Nesse momento, a mestre de cerimônias agradeceu a participação da representante do MME, passando a palavra a Sra. Lidiane Gonçalves (BNDES).

Lidiane se apresentou cumprimentando os presentes e anunciando que sua explanação elucidaria o papel do BNDES no processo de desestatização da Distribuidora. Na sequência, foi exibida a agenda que seria abordada ao longo da apresentação.

Iniciando a exposição do conteúdo, Lidiane mencionou que as distribuidoras adquiridas pela Eletrobras na década de 90 foram obtidas com o objetivo de serem desestatizadas, explicitando no mesmo trecho que as companhias foram incluídas no PND na mesma época. Foi esclarecido então que o objetivo de desestatização das companhias de distribuição não foi alcançado à época e que, por conta disso, a Eletrobras seguiu como acionista majoritária das empresas.

Em se tratando de contrato de concessão da Distribuidora, Lidiane recapitulou o fato de o mesmo ter sido encerrado em julho de 2015. Nesse ponto, a representante do BNDES chamou a atenção para o efeito da Medida Provisória 735/16 ("MP 735"), posteriormente convertida na lei nº 13.360, emitida pelo Governo Federal em 2016, com o objetivo de garantir a

prerrogativa de venda da Empresa (naquela altura já não mais detentora do contrato de concessão) atrelada à assinatura de um novo contrato em caso de sucesso do leilão. Destacou-se, que a MP 735 foi tomada com a finalidade de evitar a liquidação imediata da Empresa.

Recapitulou-se então o fato de, após a emissão da MP 735, a Eletrobras ter convocado uma Assembleia Geral de Acionistas (“AGE”) pela não prorrogação do contrato de concessão, tendo em vista o plano diretor da companhia, que apresentou uma proposta de focar as operações da empresa nos segmentos de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. Lidiane falou ainda da segunda decisão tomada na assembleia geral, referente à aprovação da venda da Distribuidora nos moldes estabelecidos pela MP 735; venda da Distribuidora atrelada a um novo contrato de concessão. Nesse trecho, mencionou-se o prazo estabelecido para a conclusão do processo de venda, inicialmente previsto para dezembro de 2017 e posteriormente prorrogado para julho de 2018.

Lidiane esclareceu então que, ao longo de 2016, foram emitidas portarias pelo MME com a finalidade de disciplinar o regime de prestação temporária, posto que a Eletrobras não queria mais continuar no setor de distribuição. Nesse trecho, Lidiane ressaltou que, na qualidade de detentora de uma empresa designada para a prestação temporária do serviço de distribuição, a Eletrobras ficou desobrigada a aportar recursos para a manutenção da operação, sendo a fonte dos referidos recursos dividida essencialmente entre as receitas provenientes da tarifa de energia elétrica cobrada dos consumidores e os financiamentos oriundos da RGR.

Lidiane esclareceu ainda que, uma vez aprovada a venda da empresa em que o controle é detido direta ou indiretamente pela União, o processo deve ser conduzido com base no PND. Nesse trecho, ela fez uma breve explanação sobre o PND, criado na década de 90, com o objetivo de regular todo processo de venda de empresas, salientando que, no caso da CERON, o controle é indireto, posto que a União é acionista majoritária da Eletrobras, que por sua vez é a acionista controladora da CERON. Na sequência, foi mencionado o papel de gestor do Fundo Nacional de Desestatização desempenhado pelo BNDES por atribuição legal e a função de executor do processo de desestatização conduzido para a Distribuidora. Lidiane mencionou ainda a lei 9.491/97 e o decreto 2.594/98, responsáveis por disciplinar e regulamentar o PND.

A representante do BNDES recapitulou o fato de a Distribuidora ter sido incluída no PND na década de 90, observado que, em 2016, o governo federal criou, por meio da lei nº 13.334, o Programa de Parceria de Investimentos (“PPI”), cujo escopo de atuação é um pouco mais amplo que o PND. Posto isso, destacou-se que o PPI abrange todas as funções que tinha o PND. Nesse trecho, Lidiane explica que, para fins de alienação das ações da CERON, é necessário que ela seja incluída no PPI. Essa inclusão foi feita em 2016, por meio do decreto 8.893. Lidiane expôs o outro objetivo deste decreto, que, além de incluir a Distribuidora no PPI, seria estabelecer as funções do MME e do BNDES neste processo de desestatização, conferindo ao MME o papel de coordenador do processo e ao BNDES o de executor.

Após a emissão deste decreto, Lidiane recordou o fato de o BNDES ter publicado o edital para a licitação dos estudos necessários à desestatização, tendo sido realizado um pregão eletrônico organizado pelo BNDES em dezembro de 2017. O Consórcio Mais Energia B (“Consórcio”) e a CERES Inteligência Financeira (“CERES”) venceram o pregão e suas contratações efetivas se deram em fevereiro de 2017. Os trabalhos foram realizados entre fevereiro de 2017 e setembro do mesmo ano. Lidiane mencionou ainda que os estudos sofreram uma atualização em novembro de 2017, quando enfim foram encaminhados para a apreciação dos acionistas da companhia.

Na passagem seguinte, a representante do BNDES elucidou as etapas necessárias, em termos de serviços contratados, para que o banco possa concluir um processo de desestatização. Inicialmente, falou-se da necessidade de contratação de duas consultorias distintas, voltadas à elaboração de avaliações econômico-financeiras independentes que garantem maior transparência ao processo, segundo a lei do PND. As avaliações foram feitas pela CERES Inteligência Financeira (“CERES”) e pelo Consórcio Mais Energia B, sendo este último responsável também por todo o processo, realizando desta forma diligências (jurídica, operacional, contábil-patrimonial, entre outras). Seguindo na exposição dos serviços contratados pelo BNDES, Lidiane mencionou a necessidade de acompanhamento do processo por parte de um auditor independente, conforme estabelecido pelo PND. Nesse contexto, foi esclarecido que a Loudon Blomquist Auditores Independentes (“Loudon”) foi contratada para o referido papel, com o intuito de garantir maior transparência ao processo a partir do momento em que o mesmo se tornou público dada a abertura da sala de informações (“data room”) aos investidores. Lidiane mencionou ainda que o BNDES se encontra em fase de conclusão da contratação da B3 (antiga BM&F – BOVESPA) para as tarefas relacionadas à assessoria na realização do leilão. Por fim, foram apresentados alguns outros custos do projeto, referentes às publicações requeridas pela lei para determinadas etapas do processo, que foram divulgadas em jornais de grande circulação em escala local e nacional, como é o caso do Valor Econômico, e também no próprio Diário Oficial da União.

Lidiane fez então uma compilação de fatos relevantes do processo de desestatização, passando pela constatação de que o modelo de desestatização da CERON proposto pelo Consórcio foi aprovado pelo BNDES e encaminhado ao Conselho do PPI (“CPPI”), tendo aprovado por meio das resoluções de números 20, 28 e 29 (todas de 2017). Uma vez aprovado pelo CPPI, a Eletrobras encaminhou sua manifestação para a aprovação em assembleia, tendo sido aprovado no dia 08 de fevereiro de 2018. Com base nas referidas aprovações, a representante do BNDES disse que o objetivo agora é explicar o status atual do projeto para apresentação e debate junto à sociedade sobre as condições de venda da CERON.

Por fim, Lidiane salientou que todo o processo de desestatização é fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União (“TCU”), segundo a IN (Instrução Normativa) nº 27 de 1998, além de acompanhado pelo auditor do processo (Loudon). Apresentou-se também o endereço do site do BNDES ([www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)), no qual pode-se encontrar informações adicionais acerca do projeto no caminho Transparência / Desestatização / Processos em Andamento.

Encerrou-se então a apresentação cabível ao BNDES com uma exposição do cronograma do processo, recapitulando-se todas as etapas prévias discutidas anteriormente e destacando-se a etapa atual (audiências públicas). Foram exibidas também as etapas subsequentes esperadas para o processo, sendo elas a publicação do edital, a entrega dos envelopes com as propostas por parte dos potenciais investidores, a realização do leilão e a oferta de ações aos empregados e aposentados (sobre esta etapa, Lidiane mencionou que o Sr. Márcio Lutterbach faria maiores explicações em sua apresentação).

Tendo esclarecido os pontos apresentados, Lidiane encerrou sua explanação. Nesse momento, a mestre de cerimônias agradeceu a participação da representante do BNDES, passando a palavra ao Sr. Márcio Lutterbach (Consórcio Mais Energia B).

Márcio se apresentou como sócio responsável pela área de infraestrutura da PricewaterhouseCoopers (“PwC”), empresa líder do Consórcio Mais Energia B, este composto pelas empresas Siglasul e Loeser e Portela Advogados. Inicialmente, Márcio apresentou as credenciais da PwC, destacando o porte da companhia e sua relevância no setor de infraestrutura no que se refere à participação em projetos no segmento. Em seguida, o

representante do Consórcio discorreu sobre a vasta experiência da Siglasul Consultoria Ltda. (“Siglasul”) nos aspectos regulatórios e técnico-operacionais, sobretudo no setor energético e de revisão tarifária em diferentes segmentos de infraestrutura. Por fim, o escritório de advocacia Loeser e Portela Advogados (“LPA”) foi apresentado como especialista na área jurídica e com vasta experiência em projetos no ramo de infraestrutura.

Márcio recapitulou os principais fatos antecedentes do processo, passando pela decisão tomada pela Assembléia Geral da Eletrobras, em junho de 2016, pela não renovação dos contratos de concessão das distribuidoras do sistema Eletrobras e a consequente inclusão das mesmas no Programa de Parcerias de Investimentos (“PPI”) em novembro de 2016. Dando sequência, Márcio relembrou o processo de contratação do Consórcio após participação em pregão eletrônico organizado pelo BNDES em dezembro de 2016, com posterior celebração de contrato entre as partes em fevereiro de 2017, no mesmo período de contratação da CERES.

Entrando numa seção dedicada ao panorama atual das distribuidoras, incluindo a CERON, Márcio explicou que estas empresas apresentam um histórico cíclico de dificuldades operacionais, poucos recursos para investir e baixa qualidade na prestação de serviços. Foi explanado que esta falta de investimentos acarreta em insuficiência operacional, atingindo diretamente consumidores e empresas que buscam expandir seus negócios na região. Com isto, se obtém baixa qualidade dos serviços financeiros, que acaba afetando a capacidade de obter recursos. Na sequência, o representante do Consórcio apresentou as perspectivas para a Empresa após o processo de desestatização, que viabilizaria uma guinada baseada no reestabelecimento do equilíbrio financeiro da Distribuidora, o que terá contrapartida direta na qualidade dos serviços prestados. Márcio reiterou que além do papel muito importante para a empresa e para os consumidores, isto é fundamental para a economia do estado, pois atrairia novos investimentos.

Momento de interrupção por parte dos manifestantes com intervenção da mestre de cerimônias, solicitando, com gentileza, e reiterando a orientação dada anteriormente, para que todos aqueles que queiram se manifestar que aguardassem o final da apresentação.

O representante do Consórcio esclareceu que o projeto foi estruturado visando à entrega de quatro produtos principais, além de o mesmo apresentar uma frente de trabalho de natureza contínua. Um dos produtos principais seriam os diagnósticos elaborados com os serviços de diligência desempenhados pelo Consórcio. Esse bloco de análises foi desmembrado em frentes de trabalho que abordaram aspectos trabalhista, contábeis, fiscal, ambiental, patrimoniais, atuariais, regulatória, entre outras. Na sequência, falou sobre o serviço de avaliação econômico-financeira, no qual foi realizado uma análise regulatória da concessão da região.

Márcio explicou então que, com os resultados dos diagnósticos das diligências e da avaliação econômico-financeira, o Consórcio elaborou a proposta de modelagem de venda, estando agora no processo de venda. O líder do Consórcio mencionou então que o processo conta com uma sala de informações (“data room”) destinada aos investidores, já aberta e com acessos realizados pelos interessados. Foi mencionado na sequência a etapa atual do processo (audiências públicas) e a iminência da realização dos eventos de apresentação a potenciais investidores (“roadshows”), que visará angariar mais interessados ao processo a fim de maximizar a competitividade do leilão, etapa final da fase de venda. Por fim, elucidou-se que, paralelamente à elaboração de todos os entregáveis, existe a frente de trabalho de acompanhamento contínuo do projeto, que conta ainda com a assessoria jurídica, feita pela LPA, e a assessoria de comunicação, cujo desenvolvimento é desempenhado pela empresa CDI.

O representante do Consórcio conduziu então uma explanação acerca dos resultados da avaliação econômico financeira, que fez uso também dos valores apurados nas frentes de trabalho das diligências. Essa passagem foi iniciada explicando que, considerando suas dívidas e contingências, o valor da empresa se torna negativo. O valor da empresa é de R\$ 1,395 bilhão. Esta avaliação independente prevê a renovação da concessão, em 30 anos, e inclui também os investimentos e melhoria da qualidade dos serviços de acordo com a regulamentação da ANEEL. No entanto, esta empresa possui R\$ 2,621 bilhões de dívidas, além de contingências de R\$ 539 milhões. Nesse tópico, Márcio explicou que os estudos foram realizados para a data base de dezembro de 2016, tendo sido atualizado sua data base para junho de 2017. Tudo isto mostra a necessidade de um aporte de capital da Eletrobras de R\$ 1,873 bilhão para que a empresa tenha valor de R\$ 50 mil. Além disso, mencionou-se a necessidade de aporte por parte do novo investidor no valor de R\$ 241 milhões e as assunções dos montantes de dívidas e contingências remanescentes na empresa.

Neste momento da apresentação dos valores, houve exaltação por parte dos manifestantes com gritos de ordem. Lilian, novamente interveio na tentativa de colocar ordem e acalmar os ânimos, solicitando que o Marcio desse continuidade a sua apresentação. Márcio continuou então uma seção dedicada à elucidação da estrutura proposta para o leilão, destacando que há um adicional tarifário, concedido pela ANEEL. Vence o leilão aquele que abrir mão do maior percentual do adicional tarifário. Caso o novo investidor abra mão de 100% do adicional tarifário, será previsto um valor de outorga a ser repassado à União.

Em decorrência de uma nova interferência por parte dos manifestantes, a então presidente da mesa, Agnes da Costa, tomou a palavra solicitando a todos que ouçam a proposta e prestem atenção na apresentação para que posteriormente possam fazer as manifestações.

Marcio deu sequência à apresentação elucidando os procedimentos de oferta de ações aos empregados e aposentados da Distribuidora. Márcio iniciou a seção mencionando os funcionários e aposentados elegíveis para a compra das ações da Companhia, a saber: empregados com vínculo empregatício com a Distribuidora, ainda que cedido a outra entidade, e aposentados que possuem vínculo empregatício originário com a Empresa na data de requisição da aposentadoria e que tenham a última contribuição à previdência social efetuada na qualidade de empregado da Distribuidora. Os aposentados que tiveram a última contribuição social custeada pela Distribuidora em razão de planos de incentivo ao desligamento também serão incluídos na lista de elegíveis para a compra das ações ofertadas.

O representante do Consórcio explicou então as condições da oferta aos empregados e aposentados, aos quais será ofertada uma fração de aproximadamente 10% das ações da Eletrobras. Márcio destacou ainda o fato de que esta oferta será realizada com um desconto de 10% sobre o preço pago pelo novo investidor. Explicou-se na sequência que os empregados e aposentados terão acesso a isso em duas etapas, sendo a segunda dedicada a possibilitar que compradores da primeira etapa adquiram eventuais sobras de ações não compradas pelos funcionários e aposentados elegíveis na primeira etapa. Foi informado que o prazo de recompra pelo novo controlador será de 3 anos, sendo o valor a ser pago corrigido pela Selic, mais 10%. Passados quinze dias da publicação do edital, os aposentados e empregados poderão participar de reuniões para o programa de compra de ações.

Em relação ao cronograma da oferta de ações aos empregados e aposentados da Empresa, o representante do Consórcio iniciou a apresentação do cronograma estimando um prazo de quinze dias após a publicação do edital do leilão da Empresa para o início da habilitação dos empregados e aposentados. Após a liquidação do leilão, haverá a compra efetiva das ações por parte dos empregados e aposentados na primeira etapa da oferta. Márcio explicou então que,



no cenário da existência de sobras de ações decorrentes da primeira etapa, os acionistas que exerceram seu direito de compra na referida etapa poderão adquirir as sobras das ações ofertadas numa segunda rodada. Para finalizar a apresentação deste tema, Márcio reiterou mais uma vez o fato de haver reuniões programadas para o esclarecimento de quaisquer dúvidas por parte dos empregados e aposentados da Companhia referentes à oferta de ações.

Tendo esclarecido os pontos apresentados, Márcio encerrou sua explanação. Nesse momento, a mestre de cerimônias agradeceu a participação do representante do Consórcio.

Antes de abrir o espaço da audiência pública para as manifestações orais dos participantes que demonstraram interesse prévio via preenchimento de formulário disponibilizado pela organização, Lilian lembrou a todos que os interessados em realizar perguntas, estas devem ser feitas por escrito para que fossem respondidas pela mesa diretora. Ressaltou que as perguntas feitas nas manifestações orais, estas não seriam respondidas. Lilian deu início então à etapa de manifestações orais, cujo relato encontra-se disponível no Anexo I do presente relatório.

Ao término das manifestações orais, a mestre de cerimônias agradeceu aos participantes que deram suas contribuições ao processo de desestatização da Distribuidora. Em seguida, Lilian anunciou o início da seção dedicada à leitura e à resposta das perguntas endereçadas à mesa diretora da audiência. O conteúdo da referente seção está disponível no Anexo II do presente relatório. Neste momento a audiência possuía um *quórum* reduzido, uma vez que a grande maioria dos manifestantes optou por se retirar da audiência na parte final da seção anterior, dedicada às manifestações orais.

Ao final da seção de respostas às perguntas por escrito entregues à mesa diretora, a mestre de cerimônias agradeceu a participação de todos, dizendo que todas as contribuições dos presentes seriam levadas em consideração pela equipe responsável pelo processo de desestatização da Distribuidora. Posto que todos os requisitos legais para o evento haviam sido cumpridos, às 16:38 a audiência foi declarada encerrada pela Mestre de Cerimônias, em nome da Presidente da Mesa Diretora.

**Nota:** O conteúdo das apresentações realizadas pelo MME, BNDES e Consórcio será disponibilizado no site do BNDES ([www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)).

*O presente documento consiste em um relatório descrevendo os principais eventos transcorridos e informações transmitidas durante a Audiência Pública. Não se trata de uma transcrição literal, desta forma, ocorrências entendidas como irrelevantes para o entendimento do contexto e do conteúdo podem não ter sido reproduzidas no documento, sem prejuízo da divulgação do conteúdo.*

*Eventuais erros de grafia nos nomes dos participantes podem decorrer de dificuldades de compreensão da gravação do áudio da Audiência, bem como de dificuldades de compreensão da grafia dos nomes nas Listas de Credenciamento.*

*O BNDES, o MME, a Eletrobras e o Consórcio Mais Energia B não se responsabilizam pelas opiniões e manifestações do público participante, relatadas neste Relatório.*

## ANEXO I – MANIFESTAÇÕES ORAIS

**Egídio Furtado Campos:** Pediu para se manifestar no palco. O pedido não foi aceito pela presidente da mesa diretora, pois houve um princípio de confusão neste momento. Egídio começou o discurso cumprimentando a todos os presentes, e logo questionou se o regulamento oficial deste evento, chamado audiência pública nº 01 de 2018 do processo de desestatização das Centrais Elétricas de Rondônia S.A., deveria ser chamado de audiência pública. Após a plateia se manifestar, Egídio solicitou que não fosse interrompido. Com a plateia se acalmando, Egídio explicou que uma audiência pública é um evento de consulta pública, ou seja, que deve ser ouvido e considerado a opinião do público. Desta forma, Egídio criticou a atual audiência, argumentando que esta estava sendo ditatorial e não democrática, e questionou por que nunca houve uma audiência pública prévia anterior a estes anseios de venda e após as assembleias de acionistas. Segundo Egídio, a CERON é pública, e, portanto, pertencente a população. Egídio acredita que, apesar da CERON ter muitos problemas, ela é executora de uma função social jamais vista neste estado de Rondônia, função esta que jamais será feita pela iniciativa privada. Ele diz que não é a favor de certas nomenclaturas como: “capitalista x trabalho” ou “privado x público”, acreditando que ambos devem ser colaboradores entre si. Egídio também explica que a CERON precisa ser moralizada, e que o povo de Rondônia tem condição de o fazer. E, por fim, diz que terminará com a palavra de Jesus, que, segundo ele, diz: “Os homens podem preparar os seus cavalos para o dia da batalha, mas somente Yahweh, o Senhor é quem dá a vitória”, livro dos Provérbios, capítulo 21, versículo 30.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian apontou o fato de o manifestante ter se excedido no tempo visto que iniciou atrasado por conta da intervenção dos demais. Lilian ressalta o tempo de 20 minutos restantes para a entrega das manifestações por escrito aos organizadores do evento para que sejam respondidas pela mesa diretora. Ressaltou também que, para aqueles que ainda não estivessem inscritos para manifestar oralmente, que poderiam se dirigir até a recepção para a devida inscrição.

**José Ezequiel Ramos:** Começa seu discurso criticando o processo de desestatização, afirmando que se trata de uma vergonha o que está sendo feito. Segundo ele, a CERON é um patrimônio da população de Rondônia, um patrimônio do Brasil, e argumenta que há uma falta de compreensão em entender que o capital é capaz de dar conta do arranjo social. José explica que uma empresa pública, no caso a CERON, traz benefícios para Rondônia e para o Brasil, que não constam em seu balanço. De acordo com José, que a modelagem do processo é um equívoco, uma empresa pública se mede não com seu balanço contábil, mas sim com o benefício que ela traz para a sociedade. Segundo ele, a CERON é fundamental para colocar energia no estado de Rondônia e conseguir acolher com energia e infraestrutura a todos que estejam e planejam ir para o estado. José critica o fato de uma empresa tão importante como a CERON estar sendo vendida por apenas R\$ 50 mil. Questiona o motivo de ter atrasado o repasse da CCC, CDE, e afirma que o governo manipula a arquitetura contábil. Diz, também, que a empresa é viável e capaz de se recuperar, pois, se não fosse, não haveria sequer interessados. E, por fim, finaliza sua manifestação questionando se a audiência pública é feita para saber se o povo de Rondônia concorda com a venda da CERON ou se é apenas para informar de uma decisão já tomada.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian reiterou que as perguntas deveriam ser feitas por escrito e entregues aos organizadores da audiência.

**Giuvânia Maria Noleto Barros:** Começa seu discurso pedindo para que chamassem os manifestantes por “senhoras” também, ao invés de chamar todos de “senhores”, por respeito

as mulheres. Giuvânia afirma estar indignada com este processo, como mulher e como amazônica, e diz ser ativista do movimento social e sindicalista. Segundo ela, a democracia deve prevalecer sempre, fato que não vem ocorrendo com esta privatização, pois a opinião dela e do povo de Rondônia não estão sendo considerados neste processo, segundo a mesma. Após reafirmar ser contra a privatização da CERON, Giuvânia argumenta que a tarifa irá subir e todos pagarão caro, e as mulheres, policiais e população serão prejudicados com isto. Giuvânia conclui sua manifestação criticando a atual classe política, argumentando que não há segurança pública, saúde e nem investimentos em Rondônia.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian deu sequência convocando o próximo manifestante inscrito.

**Valdemir Aparecido Pires:** Cumprimentou a todos os presentes e os colegas da CERON e iniciou sua manifestação dizendo que neste momento é necessário se manifestar, e lembrou o questionamento feito por José Ezequiel Ramos, se a audiência está sendo feita para saber se o povo de Rondônia concorda com a venda da CERON ou se é apenas para informa-los de uma decisão já tomada pela Eletrobras. Valdemir critica a Eletrobras, afirmando que a mesma passou todo este tempo administrando a CERON e levando ela para o “buraco”. De acordo com Valdemir, a audiência pública deveria ter sido feita em julho de 2016 para saber se o povo de Rondônia era a favor da privatização da empresa, fundada em 1968, tendo 47 anos atendendo a população de Rondônia, fazendo o Luz para Todos, e não neste momento, pois, segundo ele, a decisão já foi tomada. Valdemir argumenta que a empresa já foi privatizada, que será vendida por R\$ 50 mil, e haverá investimentos de R\$ 241 milhões. Valdemir, então, questiona a plateia sobre quem acredita que será feito este investimento em Rondônia, e a plateia se manifesta em sua maioria afirmando que não haverá este investimento no Estado. Neste momento, Valdemir aponta que aquele que comprar a CERON irá representar o seu país, e depois vender para outro investidor, da China e da França, para tentar obter dinheiro em cima desta venda. E finaliza sua manifestação afirmando que o pessoal de Rondônia vive há 47 anos gerando energia elétrica a base óleo de Diesel e motores, e caracteriza a venda da empresa por R\$ 50 mil reais como uma vergonha.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian informa ao Sr. Valdemir Pires, que a pergunta feita por ele, deve ser entregue por escrito aos organizadores do evento.

**Ademir Augusto da Cunha:** Ademir começa seu discurso dizendo que não irá cumprimentar as pessoas presentes, pois é um desprazer estar fazendo parte deste evento. Ele afirma que esta empresa pública promove o desenvolvimento, e diz discordar da opinião de Márcio Lutterbach (representante do Consórcio Mais Energia B), afirmando que a empresa tem qualidade de serviço. Ademir aponta que trabalha na empresa há 12 anos, e diz que em todo este período o DEC e FEC é baixado anualmente, a companhia possui um TME baixo, e que todo dia os funcionários trabalham para manter o sistema elétrico funcionando. Ademir argumenta que há mais de dez anos o serviço vem melhorando muito, e informa que a companhia leva energia para mais de 100 mil residências na zona rural, tendo gastado mais de R\$ 600 milhões com o programa “Luz para todos”. Desta forma, considerando isto, Ademir critica o fato de a empresa estar sendo vendida por apenas R\$ 50 mil, dizendo que é uma afronta ao raciocínio que estão os chamando de “burro”.

Neste momento, Ademir aponta que a Eletrobras administra e manda recursos financeiros desde 1998 para a empresa, e, em tom de ironia, afirma que ela mandou os melhores executivos para ser seus diretores. Ademir alega que a companhia dá retorno, sem levar em conta suas dívidas, crítica os pagamentos do governo e alega que hoje os pagamentos não são feitos em dia para a CERON. Mais adiante, afirma que a empresa possui uma dívida grande

com a Termonorte, e questiona se a mesma agiu corretamente com a CERON, dizendo que não seria correto passá-la para as “costas” da CERON. Neste momento, Lilian afirma que Ademir tem apenas mais 30 segundos para se manifestar, o que leva Ademir a reclamar e também gera um princípio de confusão.

**Intervenção da Presidente da Mesa Diretora:** Após o princípio de tumulto, Agnes ressaltou que em decorrência do volume de inscritos, solicitou que Ademir concluísse para que os demais pudessem falar. Esclareceu que sentiu a necessidade de se manifestar mais tempo, em sua apresentação, para explicar de outras formas o processo de desestatização da Distribuidora, na tentativa de esclarecê-los melhor do processo.

Após isto, Ademir explica que a CERON hoje é composta por aproximadamente 300 trabalhadores, sendo todos estes de alto nível técnico. Por isso, ele acredita que é possível seguir administrando e tocando a empresa, reafirmando mais uma vez ser contra sua privatização.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian convocou o próximo manifestante inscrito da lista.

**Cristóvão Matos de Araújo:** Cumprimenta a todos os presentes, e, após um princípio de confusão, começa seu discurso afirmando que água e energia não são mercadorias e diz que irá contradizer a Lidiane Gonçalves (representante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) por ter dito, segundo ele, que o PND de 1994 não teve sucesso. Cristóvão diz que já estava trabalhando na empresa nesta época, e afirma que não houve sucesso porque houve uma ruptura de governo e política no país. Ele segue o raciocínio argumentando que, se Lula não tivesse ganhado a eleição, a empresa já estaria vendida há 20 anos. Cristóvão prossegue afirmando que graças ao governo Lula, muitos construíram patrimônio e famílias. Cristóvão dirige a palavra a Agnes e aos outros da mesa diretora questionando se já tiveram tempo para conhecer Rondônia, e diz que ninguém, nem mesmo o presidente do país conhece o estado como sua própria população. Cristóvão argumenta que a empresa, diferentemente de muitas outras, atende a população. Questiona qual a garantia eles terão da qualidade do serviço. E, por último, questiona se uma empresa pública com serviço social tem que dar lucro, e afirma que ele e o povo de Rondônia desejam é uma empresa pública que seja da população de Rondônia e com serviço de qualidade.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian reiterou que as perguntas deveriam ser feitas por escrito e entregues aos organizadores da audiência.

**Evaldo Roberto Gonçalves da Silva:** Começa seu discurso dizendo que foi funcionário da empresa por muitos anos, criticando o governo por estar querendo privatizar diversas empresas, como Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica e a CERON, segundo o mesmo. Prossegue afirmando que o governo quer se desfazer do patrimônio da população vendendo as empresas para a iniciativa privada, e assim gerando ainda mais desigualdade social. Evaldo, então, argumenta que toda a sociedade será prejudicada com isto, principalmente os Quilombolas, índios e Ribeirinhos que possuem menos recursos, pois a empresa privada só visa lucro, segundo ele. Evaldo acredita que a energia faz parte do plano estratégico de qualquer país, e cita a China, o Canadá e os Estados Unidos como exemplo de países que não privatizam empresas deste setor. Evaldo se refere a esta privatização como um dos processos mais intensos de destruição do país, e questiona mais uma vez o governo, que segundo ele, afirma querer vender para investir em educação e saúde. De acordo com o próprio, faz 20 anos que não há investimentos nestes dois setores. Por fim, Evaldo diz que espera que a sociedade se mobilize, porque a empresa pública pertence a população, e assim deve permanecer.

**Intervenção da Mestre de cerimônias:** Lilian pede desculpas antecipadamente se errar ou confundir algum nome dos presentes. Além disso, informa que o prazo das perguntas por escrito e as inscrições para as manifestações orais foram encerradas neste momento.

**Luzanira Morais de Souza:** Começa o discurso se queixando da postura dos seguranças e da mesa diretora presentes. Além disso, questiona também porque esta audiência pública não foi publicada na mídia, pois muitos não sabiam de sua ocorrência. Luzanina, então, informa que trabalha há 31 anos na CERON e que é fundadora do call center dentro da empresa, afirmando ser benéfica para a mesma. Luzanina questiona a empresa estar sendo vendida por R\$ 50 mil, e afirma que Rondônia é um estado rico, onde todos precisam conhecer, afirmando ser uma vergonha. Neste momento, Luzanina volta a questionar a postura da mesa diretora de não deixar o povo de Rondônia se expressar e de não informar na mídia a ocorrência esta audiência, afirmando que as pessoas não haviam sido informadas da audiência. E, por fim, finaliza seu discurso se desculpando também pela forma que todos ali estão agindo, informando que são todos humildes e trabalhadores.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian convidou o próximo manifestante inscrito.

**Silvio Ricardo Lima Silva:** Cumprimenta todos os presentes e questiona ao Marcio os diversos processos a que a CERON está sendo condenada, bem como sua relação e acordos com o Ministério do trabalho. Silvio, após acusar o governo e o partido do governo, PMDB, de corrupção, afirma que a próxima grande crise que ocorrerá no Brasil será da falta de água, e desta forma crítica a venda da Eletrobras, afirmando que ela representa 25% da água no Brasil. Desta forma, Silvio acredita que vendendo a Eletrobras para o capital estrangeiro, o país perderá total controle não só do setor elétrico, como dos recursos hídricos também.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian convidou o próximo manifestante inscrito.

**Idelfonso Dorizete e Silva:** Começa o discurso questionando se esta audiência pública é para saber se o povo de Rondônia concorda com a venda de CERON, ou se é para informar de uma decisão já tomada. Segundo Silva, atualmente o Brasil possui 96 distribuidoras de energia. De acordo com o próprio, no ranking da energia mais cara para a mais barata, a CERON ocupa a posição de nº 49, e com base nisso afirma que a energia da CERON não é nem tão cara, nem tão barata. Silva prossegue argumentando que empregar energia numa região com menor densidade populacional, que, no caso de Rondônia, afirma ser de 7 habitantes por Km<sup>2</sup> (Rio Grande do Sul tem 40 habitantes por Km<sup>2</sup> e o Brasil 33 habitantes por Km<sup>2</sup>), se torna mais caro.

Informa que em média as empresas que foram privatizadas no Brasil subiram 45% acima da inflação. Neste momento, ele faz referência a Márcio Lutterbach (representante do Consórcio Mais Energia B), questionando que o mesmo teria dito que a CERON está falindo e não está recebendo dinheiro da CDE e CCC, discordando. Ele diz que a Termonorte foi passada a CERON, com o objetivo de que a CERON passe R\$ 30 milhões para a empresa. Ou seja, segundo Silva, R\$ 30 milhões do fluxo de caixa da CERON é repassado para a Termonorte. Silva segue seu discurso afirmando que a sociedade não quer pagar mais caro pela energia, mas que a empresa que adquirir a CERON irá visar o lucro por meio de um aumento na tarifa de energia, o que caracteriza como normal. Por fim, afirma que uma empresa pública como a CERON não visa o lucro, mas sim promover o crescimento do estado.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian convidou o próximo manifestante inscrito.

**José Gilson Queiroz Silva:** Cumprimenta a todos os presentes e alerta a necessidade da população de Rondônia ter direito de falar e expressar o que pensa a respeito da privatização,

criticando a atual audiência por ter tentado inicia-la em um momento que ainda estavam chegando pessoas a plateia. José critica a Termonorte, afirmando ser uma herança do governo Fernando Henrique Cardoso junto com Antônio Carlos Magalhães. Ele alerta que o contrato com a Termonorte se encerra apenas em 2023 e volta a criticar o governo, mais especificamente os partidos PSDB e PMDB. José argumenta que é um absurdo vender uma empresa que presta serviço social como a CERON, e que poucas companhias prestam tal serviço como a própria. Diz também que apenas a população de Rondônia conhece o estado de verdade. Em tom de ironia, José afirma que este processo todo não se trata de uma venda, mas sim de uma doação, e volta a criticar a venda da CERON, protestando, juntamente com a plateia com gritos de ordem.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian convidou o próximo manifestante inscrito.

**Adevailson da Silva Esteves Rocha:** Cumprimenta a todos e critica aqueles que afirmam que a CERON tem uma prestação de serviço péssima, criticando o estudo feito pelo Consórcio, indicando que deveriam olhar a distância do Estado e em que eles trabalham. Rocha se diz contra a privatização da CERON, e critica o fato de vender uma empresa pública que pertence a todos para apenas um dono, e ter de ficar subjugado a ele, dizendo que seu salário seria reduzido. Rocha prossegue criticando a justiça no Brasil e afirma que há corruptos governando o Brasil.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian convidou o próximo manifestante inscrito.

**Irani das Dores Gomes Alves:** Desistiu de manifestar-se.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian convidou o próximo manifestante inscrito.

**Maria Bezerra Alves:** Cumprimenta a todos e afirma que se a empresa pertence a população e ao Estado, são estes que deveriam decidir sobre ela. Maria crítica a classe política do Brasil, afirmando que os vereadores, senadores e deputados são corruptos e “ladrões”. E encerra seu breve discurso afirmando que os outros manifestantes já disseram tudo o que precisava ser dito.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian convidou o próximo manifestante inscrito.

**Nazaré Fernandes dos Reis:** Faz um discurso religioso, agradecendo ao Senhor Jesus, defendendo a ideia de que o dinheiro e bens materiais ficam apenas na terra, e que todos devem ter amor e Jesus no coração.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian convidou o próximo manifestante inscrito.

**Francisco Kelvin Nobrega da Silva:** Cumprimenta a todos os presentes e pede que todos, principalmente os trabalhadores que construíram a CERON, ouçam seu discurso. Francisco argumenta que a decisão de privatizar a CERON é exclusivamente política, não levando em conta a opinião da população. Prossegue criticando a venda da empresa por R\$ 50 mil reais, e afirma que ela é um patrimônio da população. Após isto, Francisco afirma que os trabalhadores da CERON não irão ganhar ações e nem “Patrões”, mas sim que serão terceirizados. Com relação a conta de luz, Francisco afirma que a conta que está sendo feita é de aumentar cerca de 150%, e com isso quem vai pagar a conta é o povo de Rondônia. Após criticar políticos, Francisco afirma que estas audiências são feitas para legitimar os projetos e decisões que já estão tomadas. E faz um último pedido para que aqueles que forem contrários a privatização da empresa deixem a audiência, com o objetivo de mostrar que todos ali são contrários a esta decisão. Após isto, há um princípio de confusão, a plateia se manifesta

dizendo: “Água e energia não são mercadoria”, e a maioria dos presentes caminham para deixar a audiência.

**Intervenção da Mestre de Cerimônias:** Lilian convidou o próximo manifestante inscrito. Neste momento, a maioria dos manifestantes se retiraram da audiência.

**José Carlos Arregalo:** Desistiu de manifestar-se.

**Ciele Martins Feitosa:** Desistiu de manifestar-se.

**Marcos Cesar Azzi Paes:** Desistiu de manifestar-se.

**Marcelo Fernandes:** Desistiu de manifestar-se.

**Janes Julio de Campos:** Desistiu de manifestar-se.

**Manuel Richard Silva do Vale:** Desistiu de manifestar-se.

**Silvia Ferreira de Oliveira Pinheiro:** Desistiu de manifestar-se.

**Evaniel Medeiros de Britto:** Desistiu de manifestar-se.

**Leonardo Gomes de Melo:** Iniciou dizendo que gostaria de esclarecer algumas dúvidas: se a Eletrobras não deseja ficar mais, por que teriam que ser leiloados, em vez de fazer uma concessão somente para a CERON. Questionou porque Santo Antônio e Jirau teriam ganho contrato para vender energia a R\$ 73/MWh , enquanto a tarifa da CERON é em torno de R\$ 550/MWh (cinco vezes mais). Em seguida, indagou porque a conta de energia aumentaria (com o novo controlador) se o Governo vai assumir toda a dívida da CERON. Em seguida, questionou a razão de o contrato da Termonorte que dá uma despesa de R\$ 400 milhões por ano, R\$ 30 milhões por mês, ter sido alocado para a CERON, se não pertencia à empresa anteriormente. Posteriormente, Sr. Leonardo fez uma crítica com relação ao investimento de bilhões de Reais pelo Governo para evitar o apagão no Brasil. Indagou até quando isso continuaria, o setor privado sendo beneficiado pelo dinheiro dos impostos, dos contribuintes, dificultando investimentos em outros segmentos. Por fim, Sr. Leonardo questiona que se a CERON está auferindo lucro e seu problema é sua dívida, e se a Eletrobras vai assumir o passivo da CERON, o novo controlador que assumirá terá uma margem de lucro muito alta, indaga que margem de lucro seria essa.

## ANEXO II – PERGUNTAS E RESPOSTAS

### Perguntas respondidas pela Sra. Agnes Costa (MME):

**José Ezequiel Ramos:** Esta audiência é para saber se o povo de Rondônia concorda com a venda da CERON, ou ela é apenas para informar uma decisão já tomada por esta venda?

**Resposta:** Agnes explica que a decisão já foi tomada pelo dono da companhia, e que a audiência está sendo feita para informar aos presentes sobre todo o processo de desestatização da companhia.

**Pessoa não identificada:** Qual é a garantia que o povo de Rondônia, principalmente a classe mais pobre, que são Quilombolas, Índios e Ribeirinhos, terão prioridade de garantia que terão energia elétrica? Como uma empresa que foi criada para gerar o desenvolvimento tem que obrigatoriamente dar lucro?

**Resposta:** Agnes diz que as perguntas são relevantes e lamenta boa parte do público já ter ido embora. Ela explica que o atendimento destas comunidades mais isoladas (Quilombolas, Índios e Ribeirinhos) possui legislação própria. Explica ainda que, nas áreas isoladas, o custo da energia é bem mais elevado, e que no caso dos consumidores destas regiões isoladas, eles pagam apenas o preço da energia equivalente ao mercado interligado. Agnes prossegue informando que, em 2017, a CERON foi a distribuidora que mais recebeu encargos, na ordem de R\$ 848 milhões de reais. Agnes voltou a explicar que o tratamento destas regiões isoladas é garantido pela legislação. Segundo ela, há toda uma política de universalização e inclusão de todos, e que a legislação e a regulação não diferem se quem está operando é privado ou público. As exigências são as mesmas para os dois.

Agnes explica que é muito comum as pessoas falarem que privado visa lucro, e público não visa lucro. Segundo ela, ambos precisam do lucro, pois é com ele que é possível ter a capacidade de investir. Após isto, ela fala que para ambos a tarifa de distribuição considera uma remuneração do capital investido. No caso da CERON, Agnes explica que para todos os ativos, a empresa possui um percentual sobre este valor que é a remuneração da dívida. E este é o lucro da companhia. Por fim, Agnes argumenta que o fato de uma empresa passar a ser privada não quer dizer necessariamente que ela terá mais lucro. Ela afirma que este não é um critério válido para julgar uma companhia.

**Marcelo Fernandes:** Como fica a continuação do PLPT – Programa Luz para Todos – de caráter social, em áreas isoladas da Amazônia, que sob a ótica da empresa privada não são obras atrativas e com retorno financeiro, mas socialmente necessárias para inclusão de milhões de brasileiros a energia elétrica. (Exemplo: Caso subaquático – RESEX Cuniã). Após a privatização do setor elétrico, houve o aumento significativo da tarifa de energia elétrica. Considerando que a maior parte da geração é hidroelétrica, como ficará a política de reajuste tarifário após a privatização?

**Resposta:** Agnes explica que o PLPT tem uma legislação própria, que irá ser seguida normalmente. Hoje o planejamento é que a CERON apresente ainda no primeiro semestre de 2018 um programa de obras para atender 1808 famílias com os sistemas, no valor de R\$ 52 milhões. Com isso, Agnes reafirma que o programa continua agindo dentro do que prevê a legislação.

Agnes ressalta que a tarifa de distribuição não é apenas o custo da geração. Segundo ela, este custo é automaticamente repassado aos consumidores, e cita que há uma parcela B que são os custos de operação e manutenção da distribuidora. Com isto, argumenta que a tarifa é



diferente do custo da geração. Segundo ela, em distribuidoras com sistemas isolados, não são estes sistemas isolados que pagam toda esta geração. Este pagamento é feito também, em boa parte, pelo encargo do CCC, de acordo com a mesma.

**Leonardo Gomes de Melo:** Se a Eletrobras não quer ficar mais, por que temos que ser leiloados e não fazer uma concessão só para a CERON? Por que Santo Antônio e Jirau, vendem num leilão uma energia a R\$ 73 MW/h, e a tarifa da CERON é em torno de R\$ 550? Por que a conta de energia vai aumentar, se o governo vai assumir toda a dívida? O governo federal, para evitar o apagão no Brasil, investiu aproximadamente R\$ 500 bilhões desde 2003 no setor elétrico, conforme pode ser visto no orçamento do governo federal. Vai continuar isto, de o setor privado ser beneficiado pelo dinheiro dos impostos, dos contribuintes, para evitar que fique difícil fazer investimentos em outros segmentos?

**Resposta:** Agnes começa sua resposta explicando que é importante saber diferenciar governo de União. Ela explica que para blindar a possibilidade de o governo fazer o que quiser com as empresas, há uma legislação bem rigorosa. Por isto, segundo Agnes, a constituição afirma que só pode haver uma concessão de energia mediante uma licitação. Agnes explica que isto é muito importante para evitar que o governo dê a concessão para quem ele quiser ou achar merecedor. Considerando isso, Agnes afirma que uma licitação é um instrumento para proteger a sociedade. Agnes, então, explica que neste caso não há como fazer uma licitação que garanta que a CERON vencerá a concessão. E que, na prática, vendendo a empresa, haverá um novo dono com recursos para realizar investimentos, mas a empresa é a mesma. Agnes prossegue este raciocínio argumentando que, por causa da constituição, não é permitido conceder um novo contrato de concessão a CERON. Ela relembra que, em 2015, 2016, houve esta oportunidade da Eletrobras prorrogar este contrato, porém devido à alta necessidade de investimentos e poucos recursos para fazê-los, a companhia não o fez.

Agnes explica que independentemente do custo da energia gerada, este é repassado diretamente para o consumidor. Segundo ela, tanto o lucro, como diversos custos, como o da rede, da estrutura da companhia, do pessoal, também entram na tarifa de distribuição.

Agnes começa sua resposta contextualizando que na desestatização há, por exemplo, uma empresa que vale R\$ 10, com um endividamento de R\$ 50. Ela explica que, neste caso, para poder vender por um valor simbólico, o dono da empresa precisa aportar R\$ 40, para poder vendê-la por R\$ 1 real. Agnes aponta que o que determina a tarifa são: os ativos, o custo de operação e manutenção e a conta de energia. E prossegue afirmando que para distribuidoras altamente endividadas, com as da Eletrobras, é muito complicado se recuperar. Segundo ela, esta dificuldade ocorre porque a ANEEL assume que se um a companhia tem um endividamento muito alto, é responsabilidade da mesma, e assim a tarifa não reconhece a totalidade do endividamento. E, assim, explica que o endividamento não afeta a tarifa.

Dando sequência, Agnes aponta que tem dúvidas sobre a veracidade da informação do investimento de cerca de R\$ 500 bilhões do governo no setor elétrico desde 2003. De qualquer forma, Agnes acredita que o que o governo federal tenta demonstrar é que todas as ações em termos de legislação e de incentivos a investimentos, atraíram R\$ 500 bilhões para o setor de energia elétrica. Ela esclarece que não há como o governo federal transferir recursos de um contribuinte para uma empresa privada. Segundo ela, não há legislação que preveja que o governo coloque dinheiro em empresas privadas diretamente.

Agnes cita como exemplo o programa luz para todos, que é pago pelos consumidores do país e não pelo governo. E que o recurso que é do trabalhador, que está nos bancos de

desenvolvimento, podem ser financiados para a operação das companhias. E que, no fundo, a legislação é feita para proteger o contribuinte.

#### **Perguntas respondidas pela Sra. Lidiane Gonçalves (BNDES):**

**Pessoa não identificada:** Uma audiência em moldes diferentes está atrasada em pelo menos 18 meses. Sim, porque a população de Rondônia tinha que ser consultada antes se ela queria que a CERON, seu maior patrimônio, deveria ser vendida ou não. Hoje não adianta muito, pois o processo já está no seu final e a consulta a população é simplesmente inócua. A CERON será vendida por R\$ 50 mil reais. Mas a quem interessa essa venda? Ao mercado financeiro, as estatais da China, França, travestidas de Energisa, Equatorial, Enel, que estão ávidos por lucros. Não interessa ao povo de Rondônia, aos consumidores e aos empregados da CERON.

**Resposta:** Lidiane inicia sua resposta esclarecendo que a audiência seguiu as normas da legislação e foi publicada nos jornais de grande circulação, como o jornal Valor Econômico, o Diário da Amazônia e o Diário oficial da União, dentro do prazo estipulado de 10 dias antes de sua realização e portanto, a formalidade foi cumprida. Ela explica que a audiência ocorreu no momento adequado, pois houve a realização de estudos e aprovação destes pelos instrumentos competentes, e assim foi possível conversar com a população sobre as condições da venda. Lidiane prossegue argumentando que não existe nenhuma previsão legal para a realização de uma audiência pública no momento em que se tem o término de um contrato de concessão.

Com relação aos negócios e a continuidade da operação de uma empresa, Lidiane explica que esta decisão é unicamente empresarial, do acionista da companhia, seja ela pública ou privada. Ela argumenta que esta decisão foi tomada em 2016, e que assim o objetivo aqui é seguir as ordens da legislação e trazer a sociedade informações, debate e troca de ideias com relação a modelagem de venda que foi aprovada. Com isso, Lidiane aponta que o objetivo da audiência não é questionar se a sociedade quer ou não a venda, e sim debater com ela sobre isso.

Com relação ao valor de venda, Lidiane aponta que, conforme apresentado pelo Consórcio, a empresa tem viabilidade econômica, e por isso se espera um leilão bem-sucedido. Lidiane explica também que a Eletrobras é uma companhia de capital aberto e que assim precisa dar retorno aos seus acionistas, no caso retorno dentro das regras de regulação determinadas por uma empresa do setor de distribuição. Porém, ela expõe que a CERON acumulou diversas dívidas, que hoje são maiores que o valor positivo que a empresa gera. Por isso, explica que o que foi apontada uma necessidade da Eletrobras em tratar este excesso de dívida para que se chegue a um valor zerado, que, no caso, corresponde a um valor simbólico de R\$ 50 mil. Dessa forma, Lidiane aponta que o novo investidor da companhia será responsável por realizar os investimentos, fazer um aporte de capital e também arcar com as dívidas da empresa. Neste momento, ela esclarece que o “data room” foi aberto antecipadamente para proporcionar aos investidores sua própria avaliação da empresa. Lidiane aponta que podem ir ao leilão as pessoas qualificadas e habilitadas, conforme regras de Edital que ainda serão publicadas, nacionais e estrangeiras, uma vez tendo cumprido os requisitos.

**Adebailson da Silva Esteves Rocha:** Sabemos que houve intenção do desmonte desta empresa estatal há muito tempo, seja por meio político e empresas privadas, que envolvem seus gestores direcionarem a empresa ao abismo. Sabemos que gerar energia é obrigação das estatais, das geradoras e não da estatal distribuidora. Mesmo assim, tentam mostrar a ineficiência da empresa com os mesmos fatos causados por grupo elétrico de áreas isoladas

que é grande vilã do nosso déficit. O que será feito com a Estatal onde terá só um patrão em toda a região Norte em relação ao preço da mão de obra e serviços prestados a esta empresa, no qual os tais participantes de compra pagam muito abaixo da realidade de seus funcionários. Democrático seria se fossem vários patrões e não um único patrão?

**Resposta:** Lidiane esclarece que a empresa vai ser gerida pelas normas da CLT, seguindo desta forma as regras trabalhistas. Sobre a questão de ter um único patrão, Lidiane explica que os leilões da empresa serão individualizados, então uma companhia que venha adquirir a CERON, não necessariamente irá adquirir as outras distribuidoras da região. Por outro lado, Lidiane aponta que não há nenhum problema se houver algum interessado em comprar mais de uma empresa.

**José Carlos Calegalo:** Anexou um documento, contextualizado abaixo:

Assunto: Solicitar ao BNDES a inclusão na minuta de contrato, anexo do edital de leilão da CERON, de cláusula referentes à integralização do aporte da contribuição extraordinária de serviço passado, ao Plano de Previdência Complementar Fechado dos empregados, instituído na modalidade de Contribuição Definida – CD, firmado com a fundação Eletrobras de Seguridade Social – ELETROS.

Pedido: Efetuar a integralização do aporte da contribuição extraordinária de serviço passado, ao Plano de Previdência Complementar Fechado dos empregados, instituído na modalidade de Contribuição Definida – CD, firmado com a fundação Eletrobras de Seguridade Social – Eletros, sem a necessidade de contrapartida dos empregados, no prazo de 90 dias após a assinatura do contrato.

**Resposta:** Lidiane esclarece que a minuta do edital ainda não foi publicada, conforme esclarecido em sua apresentação, isto ocorrerá possivelmente em meados de março. Desta forma, a contribuição será analisada para saber se é procedente ou não.

**Perguntas respondidas pelo Sr. Luiz Henrique Hamann (Eletrobras):**

**Francisco Kelvim:** Por que privatizar a CERON?

**Resposta:** Luiz explica que esta é uma decisão dos sócios da Eletrobras, pela não renovação das concessões não tendo outro motivo. Ele aponta que uma distribuidora controlada por uma estatal não tem condição de atender seu público consumidor, da maneira como uma empresa privada. Luiz prossegue seu raciocínio afirmando que gerir uma distribuidora é completamente diferente de gerir uma transmissora. Ele explica que a Eletrobras foi uma empresa concebida para ser geradora e transmissora de energia, e que os investimentos altos, com um prazo de implantação e de retorno muito demorados. Para uma usina hidroelétrica, Luiz aponta que, na melhor das hipóteses, há 5 anos entre o início da construção e a entrada em operação comercial, com valores altíssimos. A estatal constrói isto para ser usado por um longo período, como 30 ou 60 anos. Já para a transmissão, segundo Luiz, há um pouco mais de flexibilidade, sendo que era exclusivamente estatal até poucos anos atrás, para garantir o acesso dos novos geradores quando elas fossem privadas. Luiz aponta que isto foi regulado, e, eventualmente, alterado ao longo dos últimos anos.

Luiz expõe que a Eletrobras começou em 1980 a comprar distribuidoras, e desde este período até os dias atuais, adquiriu diversas empresas, como por exemplo a CERON e a Eletroacre. Ele, então, volta a falar que houve esta decisão, tomada em 2015, pela não renovação das concessões, apontando, assim, que as empresas têm que ser vendidas e é isso o que está acontecendo.

### **Perguntas respondidas pelo Sr. Luiz Marcelo Reis (Distribuidora)**

**Leonardo Gomes de Melo:** O contrato da Termonorte de R\$ 30 milhões por mês e que dá R\$ 400 milhões de despesa por ano a CERON. Por que este contrato foi passado para a CERON se ele era da Eletronorte?

**Resposta:** Luiz afirma que a transferência do contrato Termonorte para a CERON ocorreu na época da interligação, quando a Distribuidora participou de vários leilões de energia. Ele afirma que o contrato veio para compor o lastro de compra de energia da CERON, correspondendo por cerca de 70% da compra de várias geradoras espalhadas pelo país. Segundo ele, o custo da energia é coberto pela tarifa do consumidor, e o custo de geração dela é coberto pela CCC ou por encargos de serviços dos sistemas. Também cita que a Termonorte é uma usina que, no momento em que é despachada, é para a segurança energética, devido ao seu custo de geração, mas que está disponível para gerar no Estado de Rondônia e atender o sistema como um todo. E encerra sua resposta reafirmando que o motivo do contrato da Termonorte ter sido repassado para a CERON, é justamente para compor o seu lastro de compra de energia.